



**ESTADO DO MARANHÃO  
PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA NOVA DO MARANHÃO**

Lei nº 204/2022, de 27 de maio de 2022.

**EDITAL DE PUBLICAÇÃO  
DE SANÇÃO e PROMULGAÇÃO LEGAL**

Pelo presente **EDITAL DE PUBLICAÇÃO** a Prefeita Municipal de Feira Nova do Maranhão, Estado do Maranhão, LUIZA COUTINHO MACEDO, no uso de suas atribuições legais previstas nas Constituições Federal, Estadual bem como a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os munícipes, às autoridades constituídas e a todos a quem possa interessar que, nesta data, **SANCIONA E PROMULGA A LEI MUNICIPAL Nº 204, de 27 de maio de 2022 que “INSTITUI A NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE FEIRA NOVA DO MARANHÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**, e para que tenha vigência, eficácia e gere seus legais efeitos.

Dou a Lei Municipal nº 204/2022 por sancionada nesta data. E, para que nenhum cidadão possa alegar ignorância da presente lei a partir desta promulgação, faço público o presente Edital que será afixado no átrio da sede do Poder Executivo e encaminhada para publicação e divulgação no Poder Legislativo Municipal e demais locais de costume e de fácil acesso público.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencer que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

**GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE FEIRA NOVA DO MARANHÃO, ESTADO DO MARANHÃO, EM 27 DE MAIO DE 2022.**

---

**LUIZA COUTINHO MACEDO**  
**Prefeita Municipal**

**CERTIFICO** que, nesta data, publiquei e registrei a presente Lei e seu respectivo Edital de Sanção e Promulgação, tendo sido afixado um exemplar no Átrio desta Prefeitura Municipal e demais locais de acesso ao público para que seja cumprida nos seus próprios termos. FEIRA NOVA DO MARANHÃO – MA, EM 27 DE MAIO DE 2022.

---

**MÁRCIO DA SILVA SANTOS COUTINHO**  
**Chefe de Gabinete**



**ESTADO DO MARANHÃO  
PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA NOVA DO MARANHÃO**

**LEI Nº 204/2022.**

**“INSTITUI A NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE FEIRA NOVA DO MARANHÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

**A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE FEIRA NOVA DO MARANHÃO, ESTADO DO MARANHÃO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE PELA LEI ORGÂNICA LHE SÃO CONFERIDAS, FAZ SABER** que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ela, em nome do povo, sanciona a seguinte **LEI**

**Art. 1.º** - A Prefeita Municipal de Feira Nova do Maranhão, em atendimento ao art. 35 da Lei Complementar nº 306/2010, que instituiu o Código Tributário Municipal e demais normas de direito tributário no âmbito municipal, institui a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) no âmbito do Município de Feira Nova do Maranhão.

**Art. 2.º** – Considera-se Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) o documento emitido e armazenado eletronicamente em sistema utilizado pela Prefeitura do Município de Feira Nova do do Maranhão, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços.

**Art. 3.º** – A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), conterá as seguintes informações:

- I – número sequencial da nota;
- II – código de verificação de autenticidade;
- III – data e hora da emissão;
- IV – identificação do operador emissor;
- V – identificação do prestador de serviços, com:
  - a) razão social;
  - b) endereço;
  - c) inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF;
  - d) inscrição no Cadastro Municipal de Contribuintes ;
- VI – identificação do tomador de serviços, com:
  - a) nome ou razão social;
  - b) endereço;
  - c) “e-mail”;
  - d) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF;
- VII – discriminação do serviço;
- VIII – valor total da NFS-e;
- IX – valor e justificativa da dedução, se houver;
- X – valor da base de cálculo;
- XI – código do serviço;



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA NOVA DO MARANHÃO**

- XII – alíquota e valor do ISSQN;  
XIII – indicação de isenção ou imunidade relativas ao ISSQN, quando for o caso;  
XIV – indicação de serviço não tributável pelo Município de Feira Nova do Maranhão, quando for o caso;  
XV – indicação de retenção de ISSQN na fonte, quando for o caso;  
XVI – número, tipo e data do documento emitido, nos casos de substituição.

§ 1.º – A NFS-e conterá, no cabeçalho, as expressões “Município de Feira Nova do Maranhão” – “Secretaria Municipal de Administração e Finanças-SEMA” – “Departamento de Fiscalização Tributária” – “Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e”.

§ 2.º – O número da NFS-e será gerado pelo sistema, em ordem crescente sequencial, sendo específico para cada estabelecimento do prestador de serviços.

§ 3.º – A identificação do tomador de serviços de que trata o inciso VI do caput deste artigo é opcional:

- I – para as pessoas físicas;
- II – para as pessoas jurídicas, somente quanto à alínea “c” do inciso VI.

**Art. 4.º** – Ficam desobrigados a emissão de NFS-e, os contribuintes Pessoas Físicas, não emitentes habitualmente e recorrentes de Notas Fiscais.

**Parágrafo Único-** Caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças verificar a condição de recorrência ou habitualidade dos prestadores de serviços desobrigados à emissão de NFS-e, devendo ser solicitada, mediante o preenchimento do formulário de Solicitação e Cadastro.

**Art. 5.º** – Os prestadores de serviços inscritos no Cadastro Municipal de Contribuintes, estabelecidos no município, ficam obrigados a emissão de NFS-e, os demais poderão optar por sua emissão;

§ 1.º – A opção referida no caput deste artigo depende de autorização da Secretaria Municipal de de Administração e Finanças devendo ser solicitada no endereço eletrônico a ser disponibilizado em portal eletrônico municipal, mediante o preenchimento do formulário de Solicitação de Acesso.

§ 2.º – Os prestadores de serviços que optarem pela NFS-e iniciarão sua emissão na competência seguinte ao do deferimento da autorização, devendo entregar os blocos de Notas Fiscais para serem inutilizadas pelo Departamento de Fiscalização Tributária.

**Art.6.º** – Os prestadores de serviços inscritos no Cadastro Municipal de Contribuintes, desobrigados da emissão de NFS-e, poderão optar por sua emissão Avulsa, exceto:



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA NOVA DO MARANHÃO**

Profissional;  
I – os profissionais autônomos com inscrição em conselhos de Classe

II – as sociedades uniprofissionais.

§ 1.º – A Secretaria Municipal da Fazenda comunicará aos interessados, por “e-mail”, a deliberação sobre o pedido de autorização.

§ 2.º – A opção referida no caput deste artigo, uma vez deferida, é irrevogável.

**Art. 7.º** – A NFS-e deve ser emitida on-line, por meio da Internet, no endereço eletrônico disponibilizado no portal eletrônico do município, mediante a utilização de usuário e senha.

§ 1.º – O contribuinte que emitir NFS-e deverá fazê-lo para todos os serviços prestados.

§ 2.º – A NFS-e emitida deverá ser impressa em via única, a ser entregue ao tomador de serviços, salvo se enviado por “e-mail” ou link para emissão ao tomador de serviços, por sua solicitação.

§ 3.º – Se o tomador de serviços tiver “e-mail”, o sistema deverá enviar por “e-mail” o link para visualização da NFS-e.

§ 4.º – Se o prestador de serviços desejar não enviar o “e-mail” de que trata o parágrafo anterior, deverá autorizar eletronicamente responsabilizando se pela notificação ao tomador de serviços.

**Art. 8.º** – No caso de eventual impedimento da emissão on-line da NFS-e, o prestador de serviços emitirá Recibo Provisório de Serviços – RPS, que deverá ser substituído por NFS-e.

**Parágrafo Único** – O RPS deverá ser autorizado pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

**Art. 9.º** – Alternativamente, os prestadores de serviços de hotelaria ou serviços similares, que por razão dos seus serviços necessitem emitirem diversas Notas Fiscais ao mesmo Tomador no lapso temporal de 30(trinta) dias, poderá emitir RPS a cada prestação de serviços, devendo, nesse caso, efetuar a sua substituição por NFS-e, mediante a transmissão em lote dos RPS emitidos.

**Art. 10** – O RPS poderá ser confeccionado ou impresso em sistema próprio do contribuinte, conforme previsto no parágrafo único do artigo 7.º desta Lei, devendo conter todos os dados exigidos no artigo 3.º, inciso VI, exceto em sua alínea “c”.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA NOVA DO MARANHÃO**

§ 1.º – O RPS deve ser emitido em 2 (duas) vias, sendo a 1.ª (primeira) entregue ao tomador de serviços, ficando a 2.ª (segunda) em poder do prestador de serviços.

§ 2.º – Havendo indício, suspeita ou prova fundada de que a emissão do RPS esteja impossibilitando a prefeitura apurar os serviços prestados, a receita auferida e o imposto devido, a Secretaria Municipal de Administração e Finanças poderá obrigar o contribuinte a emitir o RPS em estabelecimento gráfico mediante Autorização de Impressão de Documento Fiscal – AIDF.

**Art. 11** – O RPS será numerado e utilizado obrigatoriamente em ordem crescente sequencial a partir do número 1 (um).

§ 1.º – Caso o estabelecimento tenha mais de 1 (um) equipamento emissor de RPS, a numeração deverá ser precedida pela identificação numérica do equipamento emissor previamente cadastrado no sistema.

§ 2.º – Serão disponibilizados recursos da tecnologia web service para integração entre o sistema próprio do prestador e o sistema NFS-e, sendo que, para este caso, o prestador de serviços deverá realizar testes de utilização e homologação.

**Art. 12** – O RPS, tratado nos artigos 7.º, 8.º, 9.º e 10 desta Lei, deverá ser substituído por NFS-e até o 10º (décimo) dia subsequente ao de sua emissão, não podendo ultrapassar o dia 5 (cinco) do mês seguinte ao da prestação de serviços.

§ 1.º – O prazo previsto no caput deste artigo inicia-se no dia seguinte ao da emissão do RPS, não podendo ser postergado caso vença em dia não-útil.

§ 2.º – O RPS emitido, para todos os fins de direito, perderá sua validade após transcorrido o prazo previsto no caput deste artigo.

§ 3.º – A não-substituição do RPS pela NFS-e, ou a substituição fora do prazo, sujeitará o prestador de serviços às penalidades previstas na legislação em vigor.

§ 4.º – A não-substituição do RPS pela NFS-e equipara-se à não emissão de nota fiscal convencional.

§ 5.º – Na utilização do RPS, será considerada como competência o mês/ano da data de emissão do RPS, independente da data de conversão da NFS-e.

**Art. 13** – O recolhimento do imposto, referente às NFS-e, deverá ser feito exclusivamente por meio de documento de arrecadação emitido pelo sistema.

**Parágrafo Único** – Não se aplica o disposto no caput deste artigo às microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais de que tratam as Leis Complementares n.º 123, 127 e 128, estabelecidas no Município de Feira Nova do



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA NOVA DO MARANHÃO**

Maranhão e enquadradas no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições – SIMPLES NACIONAL.

**Art. 14** – As NFS-e emitidas e que apresentem erros formais poderão ser corrigidas mediante solicitação em sistema da Prefeitura do Município de Feira Nova do Maranhão, utilizando justificativa em “carta de correção” até que tenha transcorrido o prazo de 10 (dez) dias da data de sua emissão, na forma da lei.

**Art. 15** – A carta de correção não deve ser utilizada para corrigir:

- I – o valor do serviço, das deduções, base de cálculo, alíquota e imposto;
- II – dados cadastrais que impliquem qualquer alteração do prestador ou tomador de serviços;
- III – o número da Nota Fiscal Eletrônica e a data de emissão;
- IV – a indicação de isenção ou imunidade relativa ao ISSQN;
- V – a indicação da existência de ação judicial relativa ao ISSQN;
- VII – a indicação da responsabilidade pelo recolhimento do ISSQN;
- VIII – o número e a data de emissão do Recibo Provisório de Serviços –

RPS.

**Art. 16** – O prazo para cancelamento das NFS-e encerra-se 30 (trinta) dias após a sua emissão.

**Parágrafo Único** – Após o encerramento do prazo de que trata o caput deste artigo, a NFS-e somente poderá ser cancelada por meio de processo administrativo.

**Art. 17** – Os prestadores de serviços que estão em regime de tributação do ISSQN por estimativa deverão requerer o seu enquadramento para emissão de NFS-e junto à Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

**Art. 18** – As NFS-e emitidas poderão ser consultadas em sistema da Prefeitura do Município de Feira Nova do Maranhão, até que tenha transcorrido o prazo decadencial, na forma da lei.

**Parágrafo Único** – Após transcorrido o prazo previsto no caput, a consulta às NFS-e emitidas somente poderá ser realizada mediante a solicitação de envio de arquivo em meio magnético.

**Art. 19** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Feira Nova do Maranhão/MA, 27 de maio de 2022.**

---

**LUIZA COUTINHO MACEDO**  
**PREFEITA MUNICIPAL**